

APRESENTAÇÃO

No ano que o Brasil e a comunidade internacional como um todo atravessam momentos tormentosos no que se refere a violação de direitos humanos das mais variadas formas, é com alegria e satisfação que publicamos o terceiro número de ARACÊ – Direitos Humanos em Revista. Este terceiro número só foi possível graças à parceria com o “Centro de Informação sobre Direitos Humanos e Empresas” no Brasil representado por Júlia Mello Neiva, que neste número foi nossa editora temática.

Para o dossiê especial a propósito do tema Empresas e Direitos Humanos foram selecionados nove artigos. “The functioning of the Dutch National Contact Point during the specific instance procedure”, de Sander van ’t Foort e Hanneke Palm, faz uma necessária reflexão a propósito do Ponto de Contato Nacional (PCN) da Holanda. Analisa os resultados da pesquisa sobre o funcionamento do órgão no país, considerado exemplar por muitos mas também criticado por outros, principalmente ONGs, e traz interessantes recomendações de melhoria para o órgão. Já “Responsabilité sociétale des entreprises minières en Afrique et respect des droits civils et politiques”, apresenta um excelente estudo de caso de empresas mineradoras na África e sua relação com violação de direitos civis e políticos, além de apresentar algumas reflexões teóricas sobre diversos instrumentos atuais de proteção de direitos humanos contra abusos de empresas. O terceiro artigo, “Business and Human Rights in Europe: CSR-Law-Making in a Postnational World”, de Patrick Kroger, traz uma interessante análise histórica e crítica da responsabilidade social e dos principais instrumentos que regulam a atuação das empresas em relação à proteção de direitos humanos, no contexto europeu. O autor aborda desde instrumentos voluntários, chegando às tendências mais atuais de imposição de obrigações diretas às empresas europeias de respeitar e promover direitos humanos. “Legal Avenues for Holding Multinational Corporations Liable for Environmental Damages in a Globalized World”, de Daniel Iglesias Márquez, faz uma imprescindível reflexão teórica acerca das possibilidades jurídicas e dificuldades de responsabilizar legalmente empresas multinacionais por danos ambientais e abusos de direitos humanos em diferentes contextos.

O quinto artigo “A exploração do trabalho e o Serviço Social Brasileiro: um posicionamento ético-político na direção dos Direitos Humanos e Sociais” aborda o tema da exploração do trabalhador e o papel do Serviço Social Brasileiro na coibição dessa prática. Por sua vez, “Trabalhadores imigrantes e a responsabilidade da empresa”, de Daniel Bertolucci Torres, faz uma instigante



reflexão a respeito do trabalho do imigrante e do papel desempenhado pelas empresas. “Financial Institutions and the respect for human rights throughout its services: the debate”, de Flora Saraiva Rebello Arduini, apresenta uma inovadora reflexão relativa ao respeito aos direitos humanos por parte de instituições financeiras, à luz dos instrumentos atuais de proteção de direitos humanos em caso de abusos por empresas. “Blurred lines: from International to Domestic and Viceversa in the field of Human Rights and Business”, de Humberto Cantú Rivera, mostra a porosidade existente entre as ordens jurídicas nacionais e internacional no que se refere ao tema Direitos Humanos e Empresas. Finalmente, o nono e último artigo do Dossiê, “Processos de auditoria em direitos humanos e mecanismos de participação: lições e desafios advindos do licenciamento ambiental brasileiro”, de Flavia Silva Scabin, Julia Cortez da Cunha Cruz e Tamara Brezighello Hojaij, analisa – pela ótica dos direitos humanos – o tema da participação popular no licenciamento ambiental brasileiro. As autoras trazem importantes comentários sobre como mecanismos de participação e consulta podem contribuir para que procedimentos de devida diligência em direitos humanos nas empresas (*due diligence*) melhorem sua responsabilidade em relação a direitos humanos e ao atendimento às expectativas de comunidades afetadas por suas operações.

Os outros três artigos deste número abordam temas fundamentais de direitos humanos como: orientação jurídica para população de rua; políticas públicas para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e o relato de uma experiência como gestora pública na Secretaria de Direitos Humanos da prefeitura de São Paulo.

No Espaço Militante, Isabel Harari sintetiza os principais temas que mobilizaram pesquisadores na segunda reunião do Fórum sobre Violações de Direito dos Povos Indígenas, entre os quais os ataques aos direitos indígenas que ocorrem atualmente nas três esferas de poder e a paralisação na demarcação de terras indígena.

Vários dos 13 artigos aqui apresentados são de pesquisadores internacionais e integram o dossiê “Empresas e Direitos Humanos”, o que mostra a relevância e o interesse internacional que o tema e a revista **ARACÊ** despertam na comunidade global e o papel de fundamental importância que o Centro de Informação sobre Direitos Humanos e Empresas exerce para a divulgação e articulação dos mais diversos acadêmicos e profissionais interessados no tema.

Boa leitura!

Os Editores

